



# FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Fundada em 08.12.92

Ofício s/n CF-FENAJUFE

Florianópolis (SC), 28 de abril de 2016.

Senhores Coordenadores,

Encaminho a Ata da 7ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 25 e 26 de abril de 2016, para as providências cabíveis, em obediência ao Estatuto da FENAJUFE.

Outrossim, solicito o envio da ata dessa Coordenação ao Conselho Fiscal, onde constem as suas deliberações sobre as sugestões e recomendações indicadas na ata supra citada.

Atenciosamente.

Miguel Ângelo Rangel Silva  
Conselho Fiscal da FENAJUFE  
Presidente

Recebido, 28/04/16

Ilustríssimos Coordenadores da FENAJUFE  
Florianópolis - SC



# FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Fundada em 08.12.92

## ATA DA 7ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - FENAJUFE GESTÃO 2013-2016

**PARECER SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DE SETEMBRO DE 2015  
A MARÇO DE 2016 DA FENAJUFE - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário  
Federal e Ministério Público da União**

*Recebido, 18/10/16  
Smt ↑*

Aos 25 e 26 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Florianópolis - SC, em conformidade aos termos do Estatuto da FENAJUFE - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, art. 29 e art. 32 a 34, o Conselho Fiscal da FENAJUFE, reuniu-se para fiscalizar o desempenho contábil e financeiro da Federação, verificando a exatidão dos registros e documentos contábeis e financeiros e dar parecer das contas dos meses de setembro de 2015 a março de 2016.

Local: Hotel Oceania Plaza Center – Florianópolis – SC – 9º CONGREJUFE  
Início: 09:00 h de 25.04.2016. Término: 21:00 h de 26.04.2016.  
Conselheiros Fiscais Presentes:

**Titulares**

Miguel Ângelo Rangel Silva - Sintrajufe/RS  
José Ailton Pinto de Mesquita Filho - Sindjufe/MS  
José de Ribamar França - Sindjuf-PA/AP

**Suplentes**

Hélio Canguçu de Souza - Sitraemg/MG  
Elôngio Moreira dos Santos Júnior - Sinjeam/AM

Presidiu a reunião, o membro titular Miguel Ângelo Rangel Silva. Secretariou a reunião o membro titular José Ailton Pinto de Mesquita Filho. Passou-se a deliberar. Este Conselho Fiscal analisou os documentos apresentados: balancetes mensais, demonstrativos, balanços e demais documentos pertinentes à sua atividade finalística, apresentando as sugestões e recomendações de providências, objetivando contribuir para o aprimoramento organizacional dos trabalhos e maior aproveitamento dos recursos financeiros em benefício da categoria.



# FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Fundada em 08.12.92

## 1 - RESULTADOS

Foram analisados todos os documentos dos meses em referência e constatamos que:

- 1.1 – Já foi apontado na primeira reunião deste Conselho Fiscal, que a questão das horas extras pagas aos funcionários da Federação, em função da atuação dos Coordenadores;
- 1.2 – Conforme apontado na segunda e na quinta reuniões deste Conselho Fiscal, as despesas de eventos como plenárias e congressos ainda são contabilizados conjuntamente, com maior dificuldade em fiscalizar e mensurar receitas e despesas de rateios, oriundas de contribuições extraordinárias dos sindicatos nos documentos contábeis, pois existem despesas e receitas de evento misturadas com despesas e receitas ordinárias nos balancetes, não se individualizando despesas e receitas de eventos, tendo em vista que não existem código separado e discriminado;
- 1.3 - Considerando que os valores acumulados com gasto com diretoria, principalmente com reuniões e ampliadas, estão em patamar elevado;
- 1.4 – Constatou-se que o aluguel de apartamento se consubstancia em uma despesa recorrente e que não há um retorno em termos de patrimônio;
- 1.5 – Constatou-se que os acordos coletivos com os empregados da Federação podem gerar um aumento sucessivo nas despesas da Federação;
- 1.6 – Constatamos a dificuldade em fiscalizar os valores corretos de gastos com liberação de diretoria em virtude do rodízio de diretores liberados;

## 2 - RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

- 2.1 – Reforçamos a recomendação para que a próxima Diretoria providencie uma racionalização na questão das horas extras;
- 2.2 - Recomenda-se em reforço ao que já se recomendou anteriormente, que as receitas e as despesas de eventos como congresso e plenárias sejam contabilizados separadamente, para que se visualize o resultado obtido em relação aos referidos eventos, se houve superávit ou se foi deficitária;
- 2.3 - recomendamos que a Diretoria avalie a frequência de reuniões da executiva, sugerindo-se que a Coordenação Geral observe o disposto no art. 25, inc. I, do Estatuto da Federação e sugerimos que para as reuniões extraordinárias se utilize da tecnologia e equipamento já adquiridos pela Federação, buscando minimizar os efeitos financeiros com deslocamentos;
- 2.4 – recomendamos que a Federação busque trabalhar pela aquisição de um apartamento para acomodar a diretoria;



# FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Fundada em 08.12.92

2.5 – Recomendamos que os acordos coletivos realizados pela próxima diretoria leve em consideração as possibilidades financeiras da Federação;

2.6 – Recomendamos que a próxima diretoria apresente relação de diretores liberados anexadas aos documentos financeiros, para que se coteje corretamente os valores despendidos no que se refere à despesa com liberação sindical;

### 3 - DELIBERAÇÕES:

O Conselho Fiscal recomenda, ainda, que

1 - o próximo Conselho Fiscal a ser eleito no 9º CONGREJUFE, tenha uma reunião de transição com o Conselho Fiscal que sai, possibilitando uma salutar continuidade de designios no sentido de melhor fiscalizar as contas da Federação;

2 – seja realizado curso de atualização, para os conselheiros fiscais da Federação e dos sindicatos filiados, a ser realizado este ano e disponibilizado pela Federação, que foi deliberado pela aprovação por unanimidade;

3 – seja convocado, pela nova gestão da Federação, o 4º Encontro de Conselheiros Fiscais da FENAJUFE, em data a ser designada pela nova Diretoria, em conformidade com a previsão do Art. 26, inc. VIII, do Estatuto.

### 4 – DA AUDITORIA

Este Conselho Fiscal tendo convocado auditoria, por determinação estatutária, escolhendo entre as possibilidade de empresas apresentadas, manifesta-se sobre a referida auditoria, nos seguintes termos:

As constatações apontadas pela auditoria, no entender deste Conselho Fiscal, se constituem em constatações de ordem formal, que apontam equívocos de digitação e troca de numerações documentais, que não se configura em prejuízo às finanças da Federação, bem como em situações já apontadas por este Conselho Fiscal no que se refere à separação de contas nos documentos contábeis, evitando-se equívocos na contabilidade e possibilitando uma melhor fiscalização das receitas e despesas, mormente a separação de receitas e despesas ordinárias (estatutária) e extraordinárias (rateio para eventos).

### 5 - PARECER

Após a análise das documentações contábeis apresentadas, objetivando contribuir para o aprimoramento organizacional dos trabalhos e maior aproveitamento dos recursos financeiros em benefício da categoria este Conselho Fiscal emite o presente parecer sobre balancetes mensais, demonstrativos, balanços e demais documentos pertinentes à sua atividade



# FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Fundada em 08.12.92

finalística, levando-se em consideração as sugestões e recomendações, julgando em ordem e em condições, decidiu por unanimidade pela aprovação das contas relativas ao período de setembro de 2015 a março de 2016, nos termos constantes da presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes.

Florianópolis, (SC) 26 de abril de 2016.

**Titulares:**



**Miguel Ângelo Rangel Silva - Sintrajufe/RS**



**José Ailton Pinto de Mesquita Filho - Sindjufe/MS**



**José de Ribamar França - Sindjuf-PA/AP**

**Suplentes:**



**Hélio Cangueiro de Souza - Sitraemg/MG**



**Elôngio Moreira dos Santos Júnior - Sinjeam/AM**

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Valores em Reais)

<b>ATIVO</b>		
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>	<b>810.833,42</b>	<b>1.324.413,48</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>444.983,65</b>	<b>640.058,09</b>
Caixa e Bancos	142.902,86	117.623,22
Aplicações Financeiras	302.080,79	522.434,87
<b>Creditos</b>	<b>365.849,77</b>	<b>684.355,39</b>
Outros Créditos	105.075,58	541.945,55
Impostos e Contribuições a Recuperar	867,72	393,73
Contas a Receber	252.256,47	134.366,11
Cauções e Depósitos Especiais	7.650,00	7.650,00
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>	<b>114.090,19</b>	<b>129.419,09</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>114.090,19</b>	<b>129.419,09</b>
Imobilizações Tec. Comerciais	331.961,75	331.961,75
(-) Depreciações Acumuladas	(217.871,56)	(202.542,66)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>924.923,61</b>	<b>1.453.832,57</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2012

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Leônidas Pereira Marques  
Contador CRC/DF 009372/O-6

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.621/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
(Valores em Reais)**

<b>PASSIVO</b>		
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>55.414,63</b>	<b>56.860,18</b>
Fornecedores	4.340,96	-
Obrigações Fiscais	2.801,20	2.001,02
Obrigações Sociais	45.232,47	54.859,16
Outras Obrigações	3.040,00	-
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>869.508,98</b>	<b>1.396.972,39</b>
<b>Patrimonio Social</b>	<b>869.508,98</b>	<b>1.396.972,39</b>
Reserva Capital	3.759,45	3.759,45
Superávit Acumulado	1.393.212,94	2.202.377,09
Superávit/Déficit do Exercício	(526.264,10)	(809.164,07)
(-)Ajuste Exercícios Anteriores	(1.199,31)	(0,08)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>924.923,61</b>	<b>1.453.832,57</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2012

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Leônidas Pereira Marques  
Contador CRC/DF 009372/O-6

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Valores em Reais)

<b>ATIVO</b>		
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>	<b><u>933.837,89</u></b>	<b><u>810.833,42</u></b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>435.783,37</b>	<b>444.983,65</b>
Caixa e Bancos	166.159,50	142.902,86
Aplicações Financeiras	269.623,87	302.080,79
<b>Creditos</b>	<b>498.054,52</b>	<b>365.849,77</b>
Outros Créditos	137.317,84	105.075,58
Impostos e Contribuições a Recuperar	950,40	867,72
Contas a Receber	352.136,28	252.256,47
Cauções e Depósitos Especiais	7.650,00	7.650,00
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>	<b><u>102.420,06</u></b>	<b><u>114.090,19</u></b>
<b>Imobilizado</b>	<b>102.420,06</b>	<b>114.090,19</b>
Imobilizações Tec. Comerciais	331.961,75	331.961,75
(-) Depreciações Acumuladas	(229.541,69)	(217.871,56)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.036.257,95</b>	<b>924.923,61</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2013

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Joelma Espíndola Bezerra  
Contador CRC/DF 011030/O-7



**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
(Valores em Reais)**

<b>PASSIVO</b>		
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>40.536,27</b>	<b>55.414,63</b>
Fornecedores	-	4.340,96
Obrigações Fiscais	1.444,17	2.801,20
Obrigações Sociais	39.092,10	45.232,47
Outras Obrigações	-	3.040,00
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>995.721,68</b>	<b>869.508,98</b>
<b>Patrimônio Social</b>	<b>995.721,68</b>	<b>869.508,98</b>
Reserva Capital	3.759,45	3.759,45
Superávit Acumulado	865.749,53	1.393.212,94
Superávit/Déficit do Exercício	126.606,52	(526.264,10)
(-)Ajuste Exercícios Anteriores	(393,82)	(1.199,31)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.036.257,95</b>	<b>924.923,61</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2013

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Joelma Espíndola Bezerra  
Contador CRC/DF 011030/O-7

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
(Valores em Reais)**

<b>ATIVO</b>		
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>	<b>1.114.391,26</b>	<b>933.837,89</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>572.817,42</b>	<b>435.783,37</b>
Caixa e Bancos	67.412,57	166.159,50
Aplicações Financeiras	505.404,85	269.623,87
<b>Creditos</b>	<b>541.573,84</b>	<b>498.054,52</b>
Contas a Receber	532.973,44	352.136,28
Impostos e Contribuições a Recuperar	950,40	950,40
Outros Créditos	-	137.317,84
Cauções e Depósitos Judiciais	7.650,00	7.650,00
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>	<b>99.144,00</b>	<b>102.420,06</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>99.144,00</b>	<b>102.420,06</b>
Imobilizações Tec. Comerciais	336.798,37	331.961,75
(-) Depreciações Acumuladas	(237.654,37)	(229.541,69)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.213.535,26</b>	<b>1.036.257,95</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2014

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Joelma Espíndola Bezerra  
Contador CRC/DF 011030/O-7

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
(Valores em Reais)**

<b>PASSIVO</b>		
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>47.600,66</b>	<b>40.536,27</b>
Obrigações Fiscais	1.456,55	1.444,17
Obrigações Sociais	45.456,31	39.092,10
Obrigações com Pessoal	687,80	-
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>1.165.934,60</b>	<b>995.721,68</b>
Patrimônio Social	1.165.934,60	995.721,68
Reserva Capital	3.759,45	3.759,45
Superávit Acumulado	991.962,23	865.749,53
Superávit/Déficit do Exercício	170.212,99	126.606,52
(-)Ajuste Exercícios Anteriores	(0,07)	(393,82)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.213.535,26</b>	<b>1.036.257,95</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2014

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Joelma Espíndola Bezerra  
Contador CRC/DF 011030/O-7

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
(Valores em Reais)**

<b>ATIVO</b>		
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>	<b><u>1.062.923,34</u></b>	<b><u>1.114.391,26</u></b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>306.297,77</b>	<b>572.817,42</b>
Caixa e Bancos	275.215,96	67.412,57
Aplicações Financeiras	31.081,81	505.404,85
<b>Creditos</b>	<b><u>756.625,57</u></b>	<b><u>541.573,84</u></b>
Contas a Receber	365.918,89	532.973,44
Impostos e Contribuições a Recuperar	950,40	950,40
Outros Créditos	382.106,28	-
Cauções e Depósitos Especiais	7.650,00	7.650,00
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>	<b><u>74.718,60</u></b>	<b><u>99.144,00</u></b>
<b>Imobilizado</b>	<b>74.718,60</b>	<b>99.144,00</b>
Imobilizações Tec. Comerciais	336.798,37	336.798,37
(-) Depreciações Acumuladas	(262.079,77)	(237.654,37)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.137.641,94</b>	<b>1.213.535,26</b>

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2015

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Kareny Kellen Martins Damasceno  
Contadora CRC PI-009257/O-8T-DF

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
CNPJ: 37.174.521/0001-75**

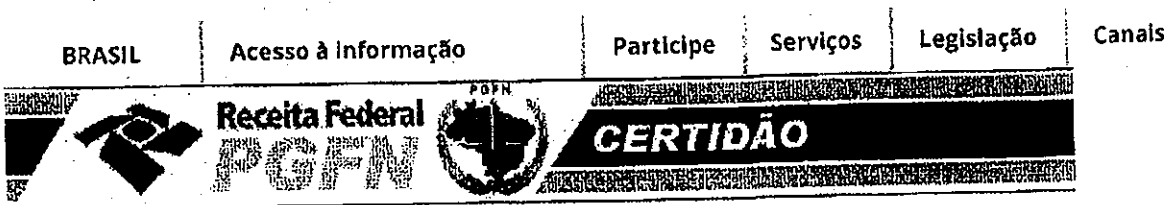
**BALANÇO PATRIMONIAL  
(Valores em Reais)**

<b>PASSIVO</b>		
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>60.179,16</b>	<b>47.600,86</b>
Fornecedores	4.133,56	-
Obrigações Fiscais	3.895,25	1.456,55
Obrigações Sociais	52.150,35	45.456,31
Obrigações com Pessoal	-	687,80
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>1.077.462,78</b>	<b>1.165.934,60</b>
Patrimônio Social	1.077.462,78	1.165.934,60
Reserva Capital	3.759,45	3.759,45
Superávit Acumulado	1.162.175,15	991.962,23
Superávit/Déficit do Exercício	(88.471,81)	170.212,99
(-)Ajuste Exercícios Anteriores	(0,01)	(0,07)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.137.641,94</b>	<b>1.213.535,26</b>

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2015

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
Ramiro Santana Moreno López  
Coordenador Geral  
CPF 387.723.450-04

Vector Contadores Associados Ltda  
Kareny Kellen Martins Damasceno  
Contadora CRC PI-009257/O-8T-DF



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO**  
CNPJ: **37.174.521/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

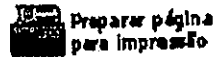
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 15:59:48 do dia 09/03/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/09/2016.

Código de controle da certidão: **D974.5C15.185D.C4FC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





Nº 1288761

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

**NADA CONSTA**

contra **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO** nem contra o CNPJ: **37.174.521/0001-75**

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (Individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (Individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela Internet em: 24/04/2016, às 13h36.

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2016, 13h36.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [seju@trf1.jus.br](mailto:seju@trf1.jus.br)



DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 143-00.490.447/2016  
NOME : FENAJUFE  
ENDEREÇO : SC/S QD 1 BL C TC  
CIDADE : Z CENTRAL P PILOTO  
CPF :  
CNPJ : 37.174.521/0001-75  
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

Válida até 23 de Julho de 2016.

Brasília, 24 de Abril de 2016.

Certidão emitida via internet às 13:14:38 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)



## PARECER DO AUDITOR

A auditoria é um processo de investigação sistemático e, independente dos objetivos que busca alcançar, sempre estará apoiada no tripé planejamento, obtenção e análise de evidências e preparação e divulgação de relatórios.

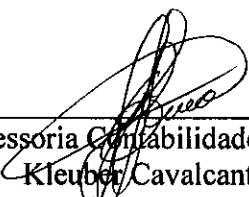
Ressalte-se, mais uma vez que auditoria objetiva fornecer uma avaliação independente quanto os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão, visando determinar se as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Examinamos os Relatórios Contábeis e balancetes da FENAJUFE, dos períodos de Dezembro de 2015, Janeiro e Fevereiro de 2016, e as respectivas demonstrações e aplicações de recursos correspondentes ao exercício, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FENAJUFE, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referente ao exercício findos naquela data, elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Brasília – DF, 14 de Abril de 2016.

  
Elite Assessoria Contabilidade e Auditoria Eireli  
Kleuber Cavalcante Lima  
Contador – Auditor.  
CRC: 990204/DF